



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

---

## O PROBLEMA DAS GREVES

Cadeia nacional de rádio e televisão  
Palácio do Planalto  
27 de abril

---

«Eu não estou condenando aqui a greve legítima. Esta é um direito sagrado, necessário contra uma outra coisa também criminosa, que é o capitalismo selvagem».

---

*26 de abril — Os portuários entram no 17.º dia de greve; os 21 maiores portos do País estão parados. Os bancários de São Paulo decidem aceitar a proposta patronal de reajuste salarial, terminando a greve.*

*27 de abril — O Presidente José Sarney envia ao Congresso Nacional a Medida Provisória n.º 50, que regulamenta o direito de greve. Tornam-se necessários 1/3 dos associados de um sindicato para decretar a greve, que deve ser comunicada aos empregadores com 48 horas de antecedência. Treze categorias profissionais são enquadradas como serviços essenciais: hospitais, remédios, energia elétrica, transportes, portos, controle de vôos, água, esgotos, produção e comercialização de alimentos, combustíveis, compensação bancária e correios.*

**B**rasileiras e brasileiros,

Estas palavras não têm nenhuma conotação excepcional. É apenas o diálogo do Presidente com o povo à visualização dos problemas.

---

Minha grande meta, todos sabem, sempre foi a democracia, a transição para a liberdade.

A implantação e consolidação do estado de direito, que, como sempre tenho dito, é o governo da lei e não dos homens. Mas eu sempre tive a consciência de que este período seria um período difícil e que a paixão da luta eleitoral para a Presidência da República iria, sem dúvida, agravar muito os nossos problemas.

Durante o governo, eu enfrentei muitas tentativas de desestabilização e quero fixar uma delas. Um aspecto dessa ação, por exemplo, tem sido o grevismo selvagem, que não é exercido para defender direitos sociais ou trabalhistas, mas para ocupar espaços, por grupos políticos, que não aceitam o jogo democrático, não aceitam o império da lei.

Por exemplo, eu quero que o povo saiba que durante este período eu enfrentei, no governo, 8.790 greves. Qualquer país do mundo, por mais poderoso que ele seja, teria grandes problemas somente com esse fato, além de todos os outros problemas que eu tenho que administrar.

Vou mostrar um quadro às brasileiras e brasileiros.

Antes de eu assumir o governo, quase era inexistente o número de greves. A partir de 85, nós começamos a ter, no primeiro ano, 1.289 greves; no segundo ano, já tínhamos 2.282; no terceiro, 2.313 greves; no quarto ano, 2.241 greves, e este ano, até agora, nós já tivemos 1.288 greves.

Tenho um outro quadro também a mostrar às brasileiras e brasileiros.

Em 85, nós tínhamos cerca de 64% das greves do setor privado e apenas 35% do setor público. Pois bem, esse processo foi se invertendo de tal modo que hoje nós temos 40% das greves no setor privado e 60% no setor público.

O que isso significa de terrível para o País?

Vamos ver este outro quadro aqui, que o povo brasileiro deve meditar.

Nós tivemos, por exemplo, em 85, 48.812.484 homens/dia parados; nós tivemos, em 86, 39.534.778; no ano de 87, tivemos 56.709.177 homens/dia parados; em 88, tivemos 54.475.180 e já em 89, com dados apenas do primeiro

---

trimestre, nós já tivemos 9.562.887. Se nós somarmos os 4 anos, vamos verificar que tivemos 209.094.806 homens/dia parados num período de quatro anos, somando os que pararam sucessivamente.

Ora, isto mostra a gravidade do problema. Mas eu não estou condenando aqui a greve legítima. Esta é um direito sagrado, necessário. Necessário contra uma outra coisa também criminosa, que é o capitalismo selvagem.

Mas eu quero falar é dos encapuzados, da violência, da ocupação das fábricas, dos invasores de propriedades, públicas e privadas, dos predadores do patrimônio, dos piquetes armados que agredem, quebram, apedrejam, intimidam, jogam bombas. Vejam bem o que isto representa.

Eu não me refiro aos trabalhadores. Não me refiro às greves exercidas em defesa de direitos legítimos. Eu falo é dos que destroem viaturas, que danificam, negam os direitos dos que querem trabalhar, ameaçam as pessoas e famílias e usam a violência em nome do direito de greve.

Estão, assim, destruindo, os que procedem dessa maneira, o direito de greve, porque o estão desmoralizando, o que, sem dúvida, é um desserviço aos trabalhadores.

Não nos esqueçamos que, quando se sai da lei, nós abrimos o caminho da força.

Brasileiras e brasileiros,

Eu fiz tudo. Faço e farei para que jamais tenhamos uma transição com traumas. Não vamos permitir que se lance esta insegurança sobre a sociedade brasileira. O País não tolera este tipo de ação política, porque esse tipo de ação política só leva a um lugar, que é o caos.

Não é possível que seja rotina para um país parar os bancos, as escolas, os hospitais, os transportes, os postos, as universidades, os serviços essenciais, e, passemos todos, a própria polícia.

Como nós podemos admitir que tenhamos um processo de parar o Brasil? O Brasil é muito grande para deixar-se amarrar. E o povo? Ficará indefeso diante desses atos que são atos de agressão? Não.

Os prejuízos desses atos são gigantescos. Quem os paga? O povo.

---

Outro dia mesmo, depois de uma greve, ouvi determinada pessoa declarar, com orgulho, que tinham causado ao Brasil um prejuízo de 1 bilhão e 600 milhões de dólares. Mas quem paga isso é o povo brasileiro, porque o Brasil vive é do seu povo.

Não podemos deixar que a democracia e a liberdade sejam usadas para essas práticas. A democracia existe no Brasil para que ninguém seja dono de ninguém, para que ninguém seja tutor de ninguém.

O povo não quis trocar de senhor: em vez do Estado, ele ter o piquete violento. O povo não pediu o uso da violência física para impedi-lo de trabalhar.

Democracia não se faz com insultos, com ameaças, com medo, se faz com idéias, com diálogo, com entendimento, com ocupação legitimamente dos espaços.

Era meu desejo mandar ao Congresso um projeto de lei para regulamentar o direito de greve, conforme determina a nossa Constituição.

Contudo, devo confessar, e talvez seja a maior motivação da minha fala nesta noite, a situação atual, a necessidade de garantirmos a paz pública levaram-me a editar uma medida provisória.

A finalidade é impedir que, devido à lacuna da lei, a situação se deteriore com graves riscos para a Nação.

Ao mesmo tempo, tomei decisão com outra medida, para evitar a especulação e a burla ao controle de preços. Assinei medida provisória em defesa do consumidor para conter desobediências, possibilitar a punição severa contra abusos e punir aqueles que cometem crimes contra a economia popular.

Os maus empresários não podem fazer o contraponto da crise, exacerbando as dificuldades populares, apostando no pior e antecipando-se às expectativas de inflação.

É preciso que haja uma consciência geral da necessidade de que todos devem contribuir com bom-senso, compreensão e patriotismo para a causa da democracia brasileira.

---

O Presidente tem o dever de defender o povo e a sociedade, que, violentada, está repelindo este abuso de seus direitos de viver em paz, ter serviços e desfrutar de liberdade.

A sociedade brasileira não pode ser submetida a toda sorte de privações, por estas atitudes, que, devo repetir, são fora da lei.

Como dizia Tancredo Neves: «Há processos muito mais eficientes e democráticos para a defesa do direito do trabalhador do que a greve.»

Finalmente, uma palavra de confiança.

Ninguém conturbará o nosso Brasil. Enquanto eu aqui estiver, tomarei todas as medidas para que o Brasil continue o seu grande caminho.

É meu dever e será cumprido.